

DOI: 10.35621/23587490.v12.n1.p2007-2024

PATRIMÔNIO QUE SE APRENDE: DIRETRIZES PARA A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL DA FAZENDA ACAUÃ NO ENSINO INFANTIL EM APARECIDA-PB

HERITAGE THAT CAN BE LEARNED: GUIDELINES FOR HERITAGE EDUCATION AT FAZENDA ACAUÃ IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION IN APARECIDA-PB

Djanira Kelly Alves de Sousa¹
Marina Goldfarb de Oliveira²
Diêgo Claudino de Sousa Diniz³
Filipe Valentim Afonso⁴

RESUMO: Este artigo tem como objetivo **propor diretrizes para a educação patrimonial infantil** voltadas aos moradores da Fazenda Acauã, no município de Aparecida-PB, visando fortalecer a identidade cultural local, a memória coletiva e a valorização do patrimônio arquitetônico. Trata-se de uma **pesquisa aplicada**, de abordagem qualitativa, que se fundamenta em revisão bibliográfica, análise documental e do contexto educacional municipal. Os resultados demonstram que, apesar do tombamento do bem, sua inserção no ensino infantil é incipiente, com carência de integração curricular, formação docente e materiais específicos. Como contribuição central, o estudo **elabora e propõe diretrizes pedagógicas** estruturadas em quatro eixos: integração transversal do patrimônio ao currículo, adoção de metodologias lúdicas e sensoriais, capacitação continuada de educadores e produção de materiais didáticos. Conclui-se que a aplicação dessas diretrizes pode transformar a Fazenda Acauã em um recurso educativo efetivo, permitindo que as crianças se apropriem afetiva e criticamente do patrimônio, assegurando sua preservação e o fortalecimento dos vínculos identitários da comunidade.

¹ Discente do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Santa Maria - UNIFSM, e-mail 20182059046@fsmead.com.br.

² Orientador da Pesquisa e docente do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Santa Maria - UNIFSM, e-mail 000729@fsmead.com.br.

³ Docente do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Santa Maria - UNIFSM, e-mail 000727@fsmead.com.br.

⁴ Docente do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Santa Maria - UNIFSM, e-mail 000848@fsmead.com.br.

Palavras-chave: educação patrimonial; patrimônio arquitetônico; memória coletiva; fazenda acauã.

ABSTRACT: This article aims to propose guidelines for children's heritage education at Fazenda Acauã, in the municipality of Aparecida, Paraíba, aiming to strengthen local cultural identity, collective memory, and the appreciation of architectural heritage. This is applied research with a qualitative approach, based on a bibliographic review, document analysis, and analysis of the municipal educational context. The results demonstrate that, despite the property's heritage listing, its inclusion in early childhood education is incipient, lacking curricular integration, teacher training, and specific materials. As a central contribution, the study develops and proposes pedagogical guidelines structured around four axes: transversal integration of heritage into the curriculum, adoption of playful and sensory methodologies, ongoing teacher training, and production of teaching materials. It concludes that the application of these guidelines can transform Fazenda Acauã into an effective educational resource, allowing children to emotionally and critically engage with heritage, ensuring its preservation and strengthening the community's identity bonds.

Keywords: heritage education; architectural heritage; collective memory; acauã farm; early childhood education.

1 INTRODUÇÃO

A conservação do patrimônio histórico e cultural consolidou-se como uma pauta essencial na contemporaneidade, não apenas pela necessidade de salvaguardar bens materiais e imateriais, mas também pelo papel que exerce na preservação da memória coletiva e na construção da identidade de uma comunidade. Nesse contexto, a educação patrimonial configura-se como uma ferramenta indispensável para aproximar a sociedade de seus bens culturais, promovendo a consciência crítica e fortalecendo os vínculos de pertencimento. Essa perspectiva é enfatizada por Horta, Grunberg e Monteiro (1999), ao destacarem que a educação patrimonial deve ser compreendida como um processo contínuo de conhecimento, apropriação e valorização dos bens culturais, capaz de fomentar o sentimento de pertencimento e responsabilidade social em relação ao patrimônio histórico.

O patrimônio cultural brasileiro é marcado por grande diversidade, reunindo mais de 1.200 bens tombados pelo Iphan, além de 27 bens reconhecidos como Patrimônio Mundial pela Unesco (Iphan, 2016; Unesco, 2018). Apesar de sua relevância, muitos desses bens enfrentam ameaças decorrentes do abandono e da falta de políticas públicas eficazes (Fonseca, 2009).

Nesse contexto, a preservação no Brasil teve início com a criação do Sphan em 1937, atual Iphan, regulamentado pelo Decreto-Lei nº 25/1937, que instituiu o tombamento como instrumento de proteção (Brasil, 1937). A educação patrimonial ganhou destaque somente a partir da década de 1980, quando passou a integrar políticas culturais e educacionais, sendo posteriormente fortalecida pela publicação do Guia Básico da Educação Patrimonial, em 1999, atualizado em 2016, que consolidou conceitos e metodologias ainda utilizados no país (Horta; Grunberg; Monteiro, 2016).

No âmbito internacional, a Unesco tem enfatizado a importância de integrar o patrimônio cultural à educação formal, especialmente desde a infância, defendendo que a valorização da diversidade cultural é condição essencial para o

desenvolvimento sustentável e para a formação cidadã (Unesco, 2018). Essa perspectiva sustenta que a preservação não se limita ao cuidado material dos bens, mas também à transmissão de valores e significados, o que exige a participação efetiva das novas gerações.

A educação patrimonial voltada ao público infantil configura-se como um campo estratégico para a formação cultural e cidadã. Ao trabalhar o patrimônio desde os primeiros anos escolares, é possível promover a compreensão das crianças como integrantes de uma coletividade, além de atribuir significado aos elementos materiais e imateriais que estruturam seu cotidiano. Conforme Santos, Silva e Porto (2014), o contato com espaços e bens patrimoniais favorece o desenvolvimento cognitivo, a sensibilidade estética, o senso crítico e permite que os estudantes se percebam como sujeitos históricos e produtores de cultura. De maneira semelhante, Cavalcanti (2014) enfatiza que a incorporação do patrimônio nos currículos da educação infantil contribui para fortalecer vínculos de pertencimento e estimular práticas de cidadania ativa.

Apesar dessas potencialidades, persistem desafios significativos no contexto brasileiro. Scifoni (2016) observa que as ações de educação patrimonial frequentemente se restringem a iniciativas pontuais e pouco articuladas, o que compromete sua efetividade enquanto política pública de longo prazo. A carência de materiais didáticos apropriados, a limitada formação continuada de docentes e a ausência de integração entre escolas, universidades e instituições de preservação reforçam essas lacunas. Além disso, desigualdades regionais acentuam o problema, uma vez que municípios menores, especialmente em áreas rurais, raramente dispõem de programas sistematizados de educação patrimonial.

É nesse cenário que se insere a Fazenda Acauã, localizada no município de Aparecida, no sertão paraibano. O conjunto arquitetônico formado pela casa-grande, a capela e o sobrado constitui testemunho singular da história socioeconômica do semiárido nordestino, vinculado à criação de gado e ao cultivo do algodão nos séculos XVIII e XIX. Sua importância é reconhecida pelo tombamento realizado pelo Iphan, em 1967, no Livro do Tombo Histórico, Inscrição nº 395 (Brasil, 1937; Cirne, 2017), e pelo registro efetuado também pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do estado da Paraíba (Iphaep, 2019). Além do valor arquitetônico de inspiração barroca,

a fazenda relaciona-se a episódios de relevância nacional, como a Confederação do Equador, movimento revolucionário corrido em 1824, no século XIX.

Foto 01: Conjunto arquitetônico formado pela casa-grande, a capela e o sobrado.



Fonte: Autora, 2025

Apesar do reconhecimento oficial, a Fazenda Acauã enfrenta desafios relacionados à conservação física e à valorização simbólica. Muitas vezes, a população local desconhece seu significado histórico, fragilizando sua preservação (Iphan, 1967; Iphaep, 2016). A ausência de políticas públicas contínuas e de iniciativas pedagógicas que integrem o patrimônio ao cotidiano escolar reforça esse distanciamento (Scifoni, 2016; Santos, Silva e Porto, 2014).

Nesse contexto, a educação patrimonial infantil apresenta-se com potencial para aproximar a comunidade, especialmente as novas gerações, do patrimônio, e fortalece a memória coletiva e a identidade cultural do município de Aparecida. A problemática central que orienta este artigo reside na necessidade de compreender como a Fazenda Acauã pode ser inserida em práticas educativas voltadas à infância, contribuindo para a valorização cultural local.

Desenvolver diretrizes específicas de educação patrimonial infantil configura-se como alternativa viável para consolidar a memória coletiva e a identidade cultural

do município, inserindo a preservação arquitetônica como componente da formação cidadã (Horta, Grunberg e Monteiro, 2016). Assim, o objetivo geral deste artigo é propor diretrizes de educação patrimonial voltadas à Fazenda Acauã, em Aparecida-PB, com vistas a fortalecer a identidade cultural local, a memória coletiva e a valorização do patrimônio arquitetônico. Ao associar preservação, educação e cidadania, busca-se contribuir para a construção de práticas inovadoras que garantam a continuidade desse legado histórico para as futuras gerações.

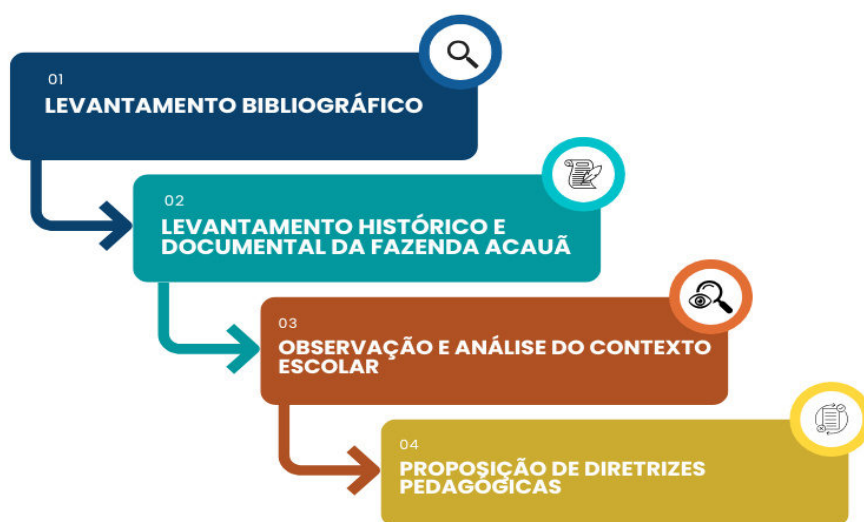
2 METODOLOGIA

A pesquisa ora desenvolvida caracteriza-se como aplicada, por ter como objetivo central a elaboração de diretrizes pedagógicas voltadas à educação patrimonial infantil na Fazenda Acauã, situada no município de Aparecida-PB. Tal modalidade investigativa destina-se à produção de soluções ou intervenções em contextos específicos, visando à transformação de práticas educacionais e à resolução de problemas concretos. Dessa forma, o estudo não se limita à compreensão do contexto local, mas propõe um conjunto estruturado de orientações fundamentadas e exequíveis para a integração do patrimônio cultural ao ensino infantil, promovendo a valorização da memória coletiva e o fortalecimento da identidade comunitária.

A abordagem metodológica adotada é qualitativa, conforme salientam Gerhardt e Silveira (2009), dada sua pertinência para a compreensão aprofundada de fenômenos sociais e culturais. Esse enfoque permite captar dimensões subjetivas, tais como significados, percepções e vínculos de pertencimento relacionados ao patrimônio histórico, aspectos que dificilmente seriam contemplados por métodos quantitativos. Nesse sentido, a análise qualitativa viabiliza a interpretação da relevância simbólica da Fazenda Acauã, bem como a proposição de estratégias metodológicas para sua efetiva inserção no universo escolar infantil.

As etapas metodológicas previstas para o desenvolvimento do trabalho são organizadas conforme apresenta a figura 2, que ilustra o fluxograma dos procedimentos metodológicos.

Figura 01- fluxograma metodológico.



Fonte: Autora, 2025.

2.1 LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO E NORMATIVO

Essa etapa consistiu na realização de uma revisão bibliográfica voltada a obras e artigos acadêmicos que discutem a educação patrimonial, a memória coletiva e a identidade cultural, com ênfase em práticas aplicadas ao ensino infantil. Também deverão ser consultados documentos institucionais, como o *Guia Básico da Educação Patrimonial* (Horta, Grunberg, Monteiro, 2016), além de publicações do Iphan e da Unesco, que tratam da integração entre patrimônio e educação. Legislações nacionais

e estaduais referentes à preservação cultural também servirão como base normativa para sustentar as diretrizes propostas.

2.2 LEVANTAMENTO HISTÓRICO E DOCUMENTAL DA FAZENDA ACAUÃ

Foi elaborado um levantamento documental sobre a Fazenda Acauã, contemplando registros históricos, dados sobre seu tombamento junto ao Iphan (1967) e ao Iphaep (2016), bem como estudos acadêmicos e relatos disponíveis em fontes secundárias. Essa etapa tem como objetivo sistematizar informações que permitam contextualizar a relevância arquitetônica e cultural da fazenda, compreendendo-a como um patrimônio que integra a memória coletiva da região.

2.3 OBSERVAÇÃO E ANÁLISE DO CONTEXTO ESCOLAR

Nesta etapa foi realizada uma análise qualitativa do contexto educacional de Aparecida-PB, a partir de documentos públicos da rede municipal de ensino e informações fornecidas por escolas locais. Essa etapa busca identificar como a temática do patrimônio pode ser inserida no ensino infantil, considerando tanto as potencialidades quanto os desafios existentes. A intenção é compreender em que medida materiais didáticos, projetos pedagógicos e práticas escolares atuais podem ser articulados ao patrimônio histórico da Fazenda Acauã.

2.4 PROPOSIÇÃO DE DIRETRIZES PEDAGÓGICAS

Com base nas etapas anteriores, foram desenvolvidas diretrizes voltadas à educação patrimonial infantil, específicas para o contexto da Fazenda Acauã. As

diretrizes possuem caráter pedagógico e buscam estabelecer caminhos para aproximar as crianças do patrimônio histórico por meio de experiências educativas lúdicas, sensoriais e simbólicas. O foco é estimular o reconhecimento da importância cultural da fazenda, valorizar a memória coletiva e fortalecer os laços de pertencimento da comunidade local.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL INFANTIL

A educação patrimonial infantil tem como objetivo formar cidadãos conscientes da importância da preservação cultural e histórica de sua comunidade. Desde os primeiros anos escolares, o contato com o patrimônio estimula o desenvolvimento da sensibilidade, do pensamento crítico e do sentimento de pertencimento. De acordo com Horta, Grunberg e Monteiro (1999), a educação patrimonial deve ser entendida como um processo educativo que utiliza o patrimônio como fonte de conhecimento e reflexão:

A educação patrimonial é um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no patrimônio cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. [...] O seu objetivo é levar o indivíduo e a comunidade a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os a um melhor usufruto destes bens e à criação de uma consciência de preservação (Horta; Grunberg; Monteiro, 1999, p. 9).

Essa concepção reforça o papel da escola como mediadora entre o indivíduo e o patrimônio, utilizando a vivência, a observação e o diálogo como caminhos de construção do saber. Nessa perspectiva, a educação patrimonial não se restringe à transmissão de conteúdos, mas busca promover a compreensão do patrimônio como parte viva da identidade social.

Observa-se que o ensino patrimonial voltado às crianças “favorece a formação de valores e atitudes de pertencimento, estimulando o cuidado e o respeito com o patrimônio cultural local” (Cavalcanti, 2014, p. 4). A autora argumenta que, ao reconhecer os bens culturais como parte de sua vivência cotidiana, as crianças passam a compreendê-los como expressões da memória e da história coletiva. Assim, trabalhar o patrimônio na infância não significa apenas transmitir informações sobre o passado, mas possibilitar que a criança se perceba como participante ativa da cultura de seu território.

Para Santos, Silva e Porto (2014), a inserção da criança em espaços patrimoniais é essencial para que ela reconheça o valor histórico e cultural de seu território. As autoras relatam que as experiências diretas com museus, centros culturais e monumentos contribuem para a formação estética e social das crianças, tornando o aprendizado mais sensível e participativo.

A experiência cultural que as crianças adquirem quando visitam esses espaços contribui bastante para o desenvolvimento da aprendizagem e formação cultural delas, ajudando-as a se verem como sujeitos históricos e produtores de cultura. [...] O contato com o patrimônio promove o desenvolvimento de novas formas de pensar e agir, além de despertar o sentimento de pertencimento e o respeito à diversidade (Santos; Silva; Porto, 2014, p. 2).

Essas perspectivas revelam que o ensino patrimonial deve ser pautado em metodologias que considerem o protagonismo infantil e valorizem o aprendizado sensorial e criativo. O IPHAN, conforme Horta, Grunberg e Monteiro (1999), propõe uma metodologia dividida em quatro etapas: observação, registro, exploração e apropriação. Essa estrutura permite que a criança participe ativamente do processo de descoberta e interpretação do patrimônio.

A formação de educadores também se revela um aspecto central para o êxito dessas práticas. Santos, Silva e Porto (2014) identificam a falta de formação específica e de políticas de incentivo como um dos principais entraves à inserção da temática nos currículos escolares. Por isso, a consolidação da educação patrimonial na infância depende de ações integradas que envolvam as escolas, as famílias e os órgãos de proteção cultural. Mais do que ensinar sobre o passado, trata-se de criar

experiências que despertem nas crianças o desejo de conhecer, respeitar e cuidar do patrimônio como parte de sua própria história.

Assim, ao inserir a educação patrimonial na infância, amplia-se a compreensão do patrimônio como componente vivo da sociedade, capaz de inspirar práticas cidadãs e fortalecer o vínculo entre memória e identidade. Como sintetiza Horta, Grunberg e Monteiro (1999, p. 10), “educar para o patrimônio é educar para o respeito à diversidade, para o diálogo entre culturas e para a construção de uma sociedade mais consciente e solidária”.

3.2 SITUAÇÃO ATUAL DAS ESCOLAS EM APARECIDA -PB

Durante o desenvolvimento deste trabalho, foi realizada uma análise para compreender como a temática da educação patrimonial tem sido inserida no contexto escolar do município de Aparecida-PB, especialmente nas escolas municipais que atendem ao ensino fundamental. Um dos objetivos da pesquisa foi identificar se existiam projetos voltados à valorização do patrimônio histórico local e de que forma esses processos educativos estavam sendo conduzidos. Para isso, foram realizados contatos com as gestoras e educadoras das escolas, que relataram as experiências já desenvolvidas e as práticas atualmente em andamento relacionadas ao tema.

O município de Aparecida, localizado no sertão paraibano, apresenta uma rede de ensino composta por escolas municipais que atendem da educação infantil ao ensino fundamental II (Paraíba, 2021). Durante as visitas e análises, foi possível observar que o ensino sobre o patrimônio histórico local, em especial sobre a Fazenda Acauã, importante símbolo da memória e identidade cultural do município, ainda ocorre de maneira limitada e pontual.

De modo geral, os conteúdos relacionados à história e ao patrimônio da cidade são abordados apenas durante a Semana da Cidade, evento comemorativo no qual os professores desenvolvem atividades alusivas à fundação do município e, de forma breve, mencionam a importância da fazenda. Fora desse período, o tema raramente

é retomado nas aulas, o que evidencia a ausência de um trabalho contínuo e sistematizado voltado à valorização do patrimônio histórico e cultural.

Essa constatação reforça a importância de integrar a educação patrimonial ao currículo escolar, de modo transversal, promovendo a construção de vínculos entre a comunidade e seu patrimônio. Segundo Horta, Grunberg e Monteiro (1999), a valorização do patrimônio deve ser entendida como um processo educativo que estimula o sentimento de pertencimento e a responsabilidade pela preservação da memória coletiva. Da mesma forma, Fonseca (2009) destaca que o ensino voltado ao patrimônio deve ultrapassar o caráter informativo e assumir uma dimensão formativa, conectando a história local às práticas cotidianas da escola.

A ausência de ações pedagógicas contínuas nas escolas observadas revela uma carência de incentivo institucional e de formação específica para os docentes, condição também identificada por Santos (2022) e reforçada por Silva (2020). Essa limitação compromete a inserção efetiva do patrimônio no currículo e evidencia a necessidade de políticas públicas, programas de formação continuada e materiais didáticos adequados que orientem práticas voltadas à valorização da cultura e da memória local, conforme apontam Iphan (2016) e Fonseca (2009).

Nesse contexto, torna-se fundamental estabelecer orientações sistematizadas que auxiliem os docentes na construção de práticas que integrem ensino, cultura e memória, fortalecendo a relação dos estudantes com o patrimônio local. A valorização da Fazenda Acauã, enquanto símbolo histórico e cultural do município, deve ser compreendida não apenas como um conteúdo comemorativo, mas como um instrumento formativo contínuo, capaz de despertar nos alunos o sentimento de pertencimento e o compromisso com a preservação da identidade comunitária.

3.3 DIRETRIZES EDUCACIONAIS PARA O PATRIMÔNIO CULTURAL DE ACAUÃ

Com base na análise do contexto educacional do município de Aparecida-PB e nas potencialidades da Fazenda Acauã como um instrumento valioso para a formação integral, foram propostas 4 diretrizes que visam integrar o patrimônio cultural ao

processo de ensino-aprendizagem na educação infantil. Assim, as diretrizes a seguir buscam promover experiências educativas significativas, nas quais o aprendizado se constrói por meio da vivência prática, da ludicidade e da participação ativa das crianças, permitindo que elas se conectem emocionalmente com o patrimônio como parte essencial da memória coletiva e do pertencimento cultural da comunidade aparecidense.

3.3.1 DIRETRIZ 01 - INTEGRAÇÃO DO PATRIMÔNIO LOCAL AO CURRÍCULO ESCOLAR

A inserção do patrimônio cultural de Aparecida, especialmente a Fazenda Acauã, nos planejamentos pedagógicos das escolas municipais deve ocorrer de maneira transversal, ou seja, trabalhada em diferentes disciplinas ao mesmo tempo e de maneira articulada, não como um conteúdo isolado. Essa articulação deve ocorrer nas áreas de História, Geografia, Artes e Linguagens. A abordagem curricular deve privilegiar a contextualização da história local, permitindo que os alunos reconheçam a fazenda como parte viva de sua própria identidade.

Dessa forma, a Fazenda Acauã deixa de aparecer apenas em datas comemorativas e passa a integrar o processo de aprendizagem ao longo do ano, sendo compreendida pelas crianças como parte atual do território onde vivem, e não apenas como um registro distante do passado.

3.3.2 DIRETRIZ 02 - APRENDIZAGEM LÚDICA E DINÂMICA POR MEIO DE MAQUETES E REPRESENTAÇÕES VISUAIS.

As atividades práticas devem ser conduzidas de forma lúdica, utilizando maquetes, desenhos, colagens e dramatizações que estimulem a criatividade e a imaginação infantil. Ao reproduzir a Fazenda Acauã em escala reduzida, as crianças

desenvolvem noções espaciais e históricas, compreendendo a arquitetura como expressão cultural. Essa metodologia dialoga com Cavalcanti (2014), que ressalta o valor das práticas criativas para o fortalecimento do sentimento de pertencimento e da consciência patrimonial desde a infância. A ludicidade, quando aliada ao conteúdo histórico, favorece uma aprendizagem significativa e prazerosa.

3.3.3 DIRETRIZ 03 - FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO CONTINUADA DOS EDUCADORES.

A utilização dos patrimônios históricos e culturais como instrumentos pedagógicos depende, em grande medida, do envolvimento e da compreensão dos professores acerca de seu potencial educativo. Conforme apontam Santos, Silva e Porto (2014), quando os docentes reconhecem o valor desses espaços como fontes ricas de conhecimento e experiências, tornam-se capazes de incorporá-los ao processo de ensino-aprendizagem de forma significativa. Essa apropriação metodológica amplia as possibilidades de formação crítica das crianças, estimulando o desenvolvimento da linguagem, da sensibilidade e do pensamento reflexivo. Nesse contexto, destaca-se a importância de promover oficinas e formações continuadas para os educadores, entendidas como uma capacitação periódica que atualiza e aprimora as práticas docentes, permitindo que os professores possam compreender o patrimônio como recurso didático essencial e mediador entre a história local e o aprendizado infantil.

3.3.4 DIRETRIZ 04 – PRODUÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS E PROJETOS PERMANENTES

A criação de materiais pedagógicos acessíveis, como cartilhas, jogos educativos, painéis ilustrativos e vídeos, deve ser incorporada às ações de educação

patrimonial, assegurando a continuidade do processo de aprendizagem e fortalecendo o vínculo entre escola e comunidade. Esses recursos funcionam como instrumentos de apoio para que o conhecimento sobre o patrimônio local seja explorado de forma criativa, interativa e contínua. Além disso, possibilitam a construção de projetos permanentes que envolvam professores, alunos, famílias e moradores, transformando o ensino em uma experiência coletiva e colaborativa. Assim, a Fazenda Acauã passa a ocupar um lugar central na formação cultural das crianças, tornando-se um elemento ativo de valorização da memória e da identidade local.

A tabela a seguir foi elaborada com o objetivo de sintetizar as diretrizes propostas para a educação patrimonial infantil voltada à Fazenda Acauã. Ela apresenta, de forma organizada e clara, os principais eixos de atuação, permitindo uma visualização rápida dos objetivos, métodos e contribuições de cada diretriz para o processo educativo. Essa síntese facilita a compreensão geral do conjunto das propostas e apoia sua aplicação prática no contexto escolar.

Tabela 01 - Diretrizes pedagógicas para a educação patrimonial infantil voltada à Fazenda Acauã.

Eixo / Diretriz	Descrição	Objetivo Principal
1. Integração do patrimônio local ao currículo escolar	Inserir o patrimônio cultural de Aparecida, especialmente a Fazenda Acauã nos planejamentos pedagógicos de forma transversal, articulando-o às áreas de História, Geografia, Artes e Linguagens.	Promover a compreensão do patrimônio como parte da identidade e da realidade cotidiana dos alunos.
2. Aprendizagem lúdica e dinâmica por meio de maquetes e representações visuais	Utilizar atividades práticas e criativas como maquetes, colagens, dramatizações e desenhos que estimulem a imaginação e a interpretação do patrimônio.	Favorecer o aprendizado sensorial e criativo, fortalecendo o sentimento de pertencimento e a consciência patrimonial desde a infância.
3. Formação e capacitação continuada dos educadores	Oferecer oficinas e formações específicas para professores sobre o uso pedagógico do patrimônio, fortalecendo a integração entre ensino, cultura e memória.	Capacitar docentes para reconhecer e aplicar o potencial educativo do patrimônio cultural no ensino infantil.
4. Produção de materiais didáticos e projetos permanentes	Desenvolver cartilhas, jogos, painéis e vídeos educativos que possam ser utilizados continuamente nas escolas e pela comunidade.	Garantir a continuidade das ações de educação patrimonial e fortalecer o vínculo entre escola e comunidade local.

Fonte: Autora, 2025.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa evidenciou que, embora a fazenda Acauã possua reconhecimento oficial como bem tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (Iphaep), sua inserção no contexto educacional permanece incipiente e descontínua, restringindo-se a ações pontuais, geralmente realizadas durante a semana comemorativa do município.

A análise do contexto escolar revelou a ausência de uma abordagem sistemática e permanente sobre o patrimônio histórico, especialmente na educação infantil. Constatou-se a carência de materiais didáticos específicos, de formação continuada para docentes e de políticas públicas que integrem a educação patrimonial ao currículo escolar de maneira transversal, significativa e contextualizada. Essa lacuna compromete o desenvolvimento de vínculos afetivos e identitários das crianças com a história local, contribuindo para o distanciamento entre as novas gerações e o patrimônio cultural de sua própria comunidade.

Diante desse panorama, as diretrizes apresentadas neste estudo oferecem caminhos viáveis para a aproximação das crianças com o patrimônio, transformando a fazenda Acauã em um recurso educativo vivo, sensorial e afetivo. A adoção de práticas lúdicas, como maquetes, dramatizações, jogos e representações visuais, possibilita que o aprendizado sobre o patrimônio se torne uma experiência concreta e significativa, estimulando a construção de uma consciência patrimonial desde a infância (Fonseca, 2009; Santos, 2014).

Em síntese, a valorização da fazenda Acauã por meio da educação patrimonial infantil contribui não apenas para a preservação física do bem, mas também para o fortalecimento da memória coletiva, da identidade cultural e do sentimento de pertencimento das novas gerações. Este estudo reforça que a preservação do patrimônio deve ser compreendida como um processo educativo contínuo, participativo e sensível, capaz de inspirar práticas cidadãs e garantir a transmissão desse legado histórico e cultural para o futuro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Dispõe sobre a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, 30 nov. 1937. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm.

CAVALCANTI, Marco Alexandre Nonato. **Educação patrimonial na educação infantil e ensino fundamental I.** São Paulo: ANPUH, 2014. Disponível em: https://www.encontro2014.sp.anpuh.org/resources/anais/29/1406771768_ARQUIVO_textoanpuh1.pdf. Acesso em: 28 out. 2025.

CIRNE, L. A. **A fazenda Acauã: memórias do semiárido da Paraíba**. 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/343714556_Fazenda_Acaua_memorias_do_semiarid_o_da_paraiba_-_Brasil.

FONSECA, M. C. L. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/52806>.

HORTA, M. de L. P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. **Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos**. Brasília: Iphan/Museu Imperial, 1999.

HORTA, M. de L. P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. **Guia básico da educação patrimonial**. Brasília, 1999. Atualizado em 2016. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_Cadernos_do_patrimonio_educacao_patrimonial_voll\(3\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_Cadernos_do_patrimonio_educacao_patrimonial_voll(3).pdf).

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Educação patrimonial: cadernos do patrimônio, vol. 1**. Brasília: Iphan, 2016. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_Cadernos_do_patrimonio_educacao_patrimonial_voll\(3\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_Cadernos_do_patrimonio_educacao_patrimonial_voll(3).pdf).

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Registro de tombamento da Fazenda Acauã**. Livro do Tombo Histórico, inscrição nº 395. Brasília: Iphan, 1967. Disponível em: https://portal.iphan.gov.br/busca?do_search=y&pagina=223&search_query=.

PARAÍBA. Secretaria de Estado da Educação e da Ciência e Tecnologia. **Relatório da educação básica no estado da Paraíba – 2021**. João Pessoa: SEE-PB, 2021.

SANTOS, L. R. dos. **Educação patrimonial no ensino infantil: estratégias de valorização da memória local**. João Pessoa: UFPB, 2022.

SANTOS, M.; SILVA, P.; PORTO, L. **Práticas de educação patrimonial na infância**. Rio de Janeiro: Editora Y, 2014. Disponível em: <https://www.editoray.com.br/educacao-patrimonial-na-infancia>.

SCIFONI, P. **Educação patrimonial no Brasil: desafios e perspectivas**. Brasília: Iphan, 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br>.

SILVA, R. de A. **Fazenda Acauã: memória, território e patrimônio cultural no sertão paraibano**. Campina Grande: UFCG, 2020.

UNESCO. **World heritage list**. Paris: Unesco, 2018. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/list/>.